

BISPO, C. L.S.; MENDES, E. P.P. A escola rural e o ensino de geografia no município de Catalão (GO): a valorização da cultura local. In: CONGRESSO DE PESQUISA, ENSINO E EXTENSÃO DA UFG - CONPEEX, 3., 2006, Goiânia. Anais eletrônicos do III Seminário PROLICEN, Goiânia: UFG, 2006.

A ESCOLA RURAL E O ENSINO DE GEOGRAFIA NO MUNICÍPIO DE CATALÃO (GO): a valorização da cultura local

BISPO¹, Cláudia Luiz de Souza; **MENDES²**, Estevane de Paula Pontes

Palavras-chave: Ensino de Geografia. Escola rural. Valores Culturais. Catalão (GO).

1 JUSTIFICATIVA/BASE TEÓRICA

A educação tem sido considerada como um instrumento responsável pela produção e reprodução dos valores sociais, contemplando as estruturas econômicas, políticas, culturais, ideológicas, religiosas, espirituais, entre outras. A complexidade desses elementos encontra-se envolvida na formação de valores de uma determinada sociedade e, conseqüentemente, esses fatores refletem sobre o processo de ensino-aprendizagem.

As mudanças econômicas, espaciais, culturais e, principalmente, tecnológicas são responsáveis pelo agravamento dos problemas que a escola vem enfrentando em corresponder às necessidades de formação de seus alunos. A denominada crise do ensino está estreitamente vinculada às mudanças de valores a partir da inserção dos indivíduos na sociedade como um todo. Somam-se a isso as elevadas jornadas de trabalho; os baixos salários; a falta de horário para estudo, pesquisa e planejamento de aula (sendo contemplado enquanto horário de trabalho) e cursos de aprimoramento. Frente a isso, esses problemas intensificam-se no meio rural, através de conteúdos escolares que não valorizam e/ou não trabalham a realidade local.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 e as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, aprovadas em 2001, propõem a adequação da escola à vida do campo. Desse modo, qualquer proposta didático-pedagógica, seja no campo ou na cidade, deve ser organizada de acordo com a LDB e as diretrizes operacionais, mas com respaldo na realidade local. (BENCINI, 2005). Entretanto, o que se percebe nas escolas rurais do município de Catalão (GO) é um currículo deslocado da realidade e das necessidades do campo e dos seus sujeitos.

O estudo sobre o modo de viver da população do campo deve valorizar os vários tipos de atividades econômicas e vínculos sociais que permitem a sobrevivência dessa população inserida num contexto mais amplo de relações. Esse conjunto integrado de elementos assegura a reprodução do patrimônio sociocultural dessas famílias. Esses fatores apresentados constituem a construção de uma vida, de toda uma história que conjuga terra, trabalho, família e cotidiano (MENDES, 2005). Nessa abordagem, a autora ressalta que a vida simples das famílias rurais revela um dos mundos manifestos integrados à sociedade, caracterizando uma espacialidade construída por interesses divergentes.

O espaço de vivência desses produtores encerra mais que o significado de um meio de produção, é um meio de sobrevivência, é uma história de vida. Diante do exposto, a compreensão do modo de vida das famílias locais favorece a análise e o estudo dos conteúdos trabalhados nos livros didáticos, procedendo a uma avaliação da importância dessas informações para a formação dos jovens do campo.

Corroborando a autora, Carlos (1996) ressalta que o lugar é um produto das relações humanas e entre homem e natureza, construído por relações sociais que se realizam no plano vivido, o que garante a construção de uma rede de significados e sentidos que são produzidos

pela história e pela cultura de uma dada sociedade, produzindo identidade, uma vez que é nesse espaço que o homem se reconhece porque é o lugar da vida. “O sujeito pertence ao lugar como este a ele, pois a produção do lugar liga-se indissociavelmente à produção da vida. [...] Cada sujeito se situa num espaço concreto e real onde se reconhece ou se perde, usufrui e modifica, posto que o lugar tem usos e sentidos em si.” (CARLOS, 1996, p. 29).

O espaço, a paisagem, o território são objetos da geografia. Assim, a rapidez da intensidade das mudanças socioespaciais na sociedade contemporânea impõe à Geografia a necessidade do uso de recursos metodológicos e técnicos que contemplem os modos de apropriação do lugar. Para Carlos (1996), o lugar torna-se um desafio à análise do mundo moderno, o que exige um esforço para analisá-lo e compreendê-lo em suas múltiplas formas e conteúdos e em sua dinâmica histórica.

O saber não formal das experiências populares que existem no meio rural representa a resistência e a recriação da cultura do campo. A compreensão desse saber (valores, festas religiosas, tradição, moral e etnias), por parte dos alunos, faz da escola um lugar privilegiado para manter viva a memória desse povo. Assim, é através da compreensão do lugar que passamos a perceber o mundo e ajustamos nossa interpretação, pois nele o permanente e o real se realizam sobre o movimento, o passageiro e o imposto de fora. Nesse sentido, Santos (1994, p. 37) diz que “o espaço aparece como um substrato que acolhe o novo, mas resiste a mudanças [...]”.

Assim, é necessário instituir uma prática educativa que ensine os alunos a aprender a pensar, analisar, saber e a relacionar o seu aprendizado escolar com sua vivência fora da sala de aula e, não apenas, memorizar e descrever fenômenos, sejam eles naturais, econômicos e sociais. “Transformar a experiência educativa em puro treinamento técnico é amesquinhar o que há de fundamentalmente humano no exercício educativo: o seu caráter formador.” (FREIRE, 1996, p. 37). A partir dessas colocações, supõe-se que o educador precisa estabelecer coerência com o saber formal e o não formal, não se alheando das condições sociais, culturais, econômicas de seus alunos, de suas famílias e de seus vizinhos.

Portanto, a valorização sociocultural do modo de vida da população rural nos currículos escolares representa um meio de garantir sua identidade e valorizar sua experiência cotidiana, privilegiando o vínculo social com o lugar em que se vive. Desse modo, cabe aos educadores, estabelecer um diálogo entre os saberes curriculares necessários aos alunos e a experiência social que eles têm enquanto indivíduos.

2 OBJETIVOS

O objetivo deste trabalho assenta-se em conhecer e analisar a realidade das escolas rurais do município de Catalão (GO) e partir desse estudo contribuir para a valorização da realidade local das comunidades rurais, propiciando maior compreensão e assimilação dos conteúdos escolares em Geografia para a Segunda Fase do Ensino Fundamental.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa assenta-se num levantamento bibliográfico sobre o processo de ensino-aprendizagem em geografia, o ensino na escola rural e dos trabalhos que exploram a realidade local do município de Catalão (GO), particularmente das comunidades rurais, como também em livros didáticos adotados pelas escolas rurais, além de uma sistematização, análise e representação de dados e informações de fontes primárias e fontes secundárias.

4 ANÁLISE DOS DADOS

O processo de ensino-aprendizagem de Geografia, na segunda fase do Ensino Fundamental no município de Catalão (GO), nas escolas públicas do ensino rural, como na

Escola Municipal Maria Bárbara Sucena, tem evidenciado a barreira imposta pela prática de um ensino que não valoriza o lugar e os valores socioculturais das experiências constitutivas da percepção dos alunos. Os professores, geralmente, moram na cidade e não estreitam relações com a comunidade rural. Em sua maioria, esses profissionais não tiveram a oportunidade de uma formação específica para trabalhar com esse tipo de realidade. Seu olhar reflete uma análise dos valores constitutivos do mundo urbano, o que acaba estimulando a valorização do modo de vida citadino, apresentando-o como superior, moderno, atraente e, em orientação oposta, o rural como atrasado.

Dados do censo (1995) do Instituto Nacional de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que 32,7% da população do meio rural, que tem acima de 15 anos, é analfabeta, enquanto a taxa de analfabetismo no meio urbano, nesse mesmo levantamento, é de 11,4%, o que indica um total de 15,6% da população total (um número próximo a vinte milhões de pessoas). A falta de uma política educacional que atenda todas as pessoas do campo, indiscriminadamente, é a principal causadora do elevado índice de analfabetismo entre jovens e adultos. Soma-se a isso, o número reduzido de pesquisas que dizem respeito às questões do campo, não chegando a 1% as que tratam especificamente de educação escolar no meio rural (WANDERLEY, 1997 apud KOLING; NERY; MOLINA, 1999).

Os dados analisados sobre as comunidades rurais do município de Catalão (GO) demonstram que a maioria dos produtores rurais acima de 25 anos possui baixa escolaridade. Acredita-se que isso seja reflexo da rede pública de ensino na zona rural, que possuía apenas o “Ensino Primário”. Somente, a partir da década 1990, que a Segunda Fase do Ensino Fundamental (5ª a 8ª série) foi estendida para a zona rural. Essa situação é, ainda, agravada pela localização das escolas referentes ao Ensino Médio. Hoje, os jovens que querem continuar seus estudos, são obrigados a vir para cidade, o que contribui para migração desses jovens.

No mais, o que se analisa, é que a maioria dos professores adota, apenas, o livro didático como orientação na formação didático-pedagógica de seus alunos. Esses profissionais da educação encontram dificuldades em inserir a pesquisa em seu cotidiano de trabalho, acrescenta-se a isso, que a maioria do material disponibilizado sobre as pesquisas locais para a Secretaria Municipal/Estadual da educação e para os professores é em versão CD-ROM. Supõe-se, assim que esse material não tem sido impresso, devido a contenção de gastos, o que dificulta seu acesso.

5 CONCLUSÃO

As colocações apresentadas constituem-se enquanto parciais, por se tratar de uma pesquisa ainda em andamento, procura-se apresentar algumas reflexões, a partir da pesquisa teórica e em fonte secundária. Desse modo, compreende-se que é impossível pensar a educação no campo sem referi-la aos seus sujeitos concretos e históricos. Por isso, é fundamental considerar o contexto do campo, em termos de sua cultura específica quanto à maneira de ver e se relacionar com o tempo, com o espaço e com o meio ambiente, como também o modo de viver, de organizar a família, o trabalho e o cotidiano.

Atualmente, existe um número reduzido de propostas pedagógicas que tome o rural como referência no próprio âmbito das teorias educacionais críticas. Geralmente, o parâmetro é das escolas urbanas, e isso não tem contribuído para a compreensão da realidade do campo por parte dos alunos. Todavia, é necessário que se criem políticas específicas, contribuindo para o rompimento desse processo discriminador e fortalecendo assim a identidade das comunidades locais. Essas medidas concorrem para o atendimento diferenciado ao que é diferente, mas que não é desigual.

Acredita-se que ao trazer a vivência do aluno para a sala de aula poder-se-á estimular a motivação, o interesse e o envolvimento dos mesmos pela construção do saber. Sendo assim, a ciência geográfica deve apresentar nos currículos escolares, conteúdos e uma metodologia que

apresente seus fenômenos espaciais, objetivando proporcionar a compreensão do espaço socializado, no qual o aluno deve ser incentivado a compreender sua participação na produção e reprodução espacial, privilegiando sua realidade, o seu município como ponto de partida.

Diante do exposto, enfatiza-se a necessidade de um ensino de Geografia nas escolas rurais que viabilize uma educação voltada para a compreensão das mudanças pelas quais o espaço rural e urbano vem passando, priorizando como ponto de partida sua realidade socioespacial. No plano das relações sociais, há uma clara dominação do urbano sobre o rural, na sua lógica e nos seus valores. Percebe-se, então, que a população do campo encontra-se cada vez mais influenciada pelo processo de urbanização da cultura. Essas tendências podem ser observadas no modo de viver, na educação escolar (os conteúdos dos livros didáticos auxiliam nessa educação cultural), no vestuário e na alimentação (enlatados, refrigerantes, balas, bolachas e outros). O amplo consumo dos diversificados produtos ofertados na cidade é limitado pelos ganhos, principalmente, da população jovem - público alvo da cultura urbana.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec; Campinas: UNICAMP, 1992. 275 p. (Estudos Rurais, 12).

_____. Agricultura familiar e novas oportunidades à terra. **Gazeta Mercantil**. São Paulo, p. A-3, 30 nov. 2000. (Série Trajetória).

ALENCAR, M. A. G. **Estrutura fundiária em Goiás: consolidação e mudanças (1850/1910)**. Goiânia: UCG, 1993. 180 p. (Teses Universitárias).

BENCINI, R. Escola rural: o orgulho de estudar. **Nova Escola**, São Paulo, 2005. p. 42-47.

BENJAMIN, C.; CALDART, R. S. (Org.) **Projeto popular e escolas do campo**. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001. v. 3. 95 p. (Por uma educação básica do campo).

BITTENCOURT, L. B. **Agricultura familiar em Goiás: estratégias de sobrevivências**. In: ENCONTRO REGIONAL DA ASSOCIAÇÃO PROJETO DE INTERCÂMBIO DE PESQUISA SOCIAL EM AGRICULTURA - APIPSA, 5. , 1995, Goiânia. **Anais...** Goiânia: APIPSA, UFG, 1995. p. 98-109.

CALLAI, H. C. CALLAI, J. L. Grupo, espaço e tempo nas séries iniciais. In: CASTROGIOVANNI, A. C. et al. (Org.). **Geografia em sala de aula práticas e reflexões**. Porto Alegre: UFGS/AGB, 1999. p. 65-74.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

CAVALCANTI, L. de S. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. 3. ed. Campinas: Papirus, 2001. 192 p.

CAUME, D. J. **A agricultura familiar no estado de Goiás**. Goiânia: UFG, 1997. 71 p. (Quiron).

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa**. 14. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. 165 p. (Coleção Leitura).

GRAZIANO DA SILVA, J. **O que é questão agrária**. 16. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990. 115 p. (Primeiros Passos, 18).

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. Tradução João Antunes. Lisboa: Portucalense, 1972. 2 v.

KOLLING, E. J.; CERIOLI, P. R.; CALDART, R. S. (Org.). 2. ed. **Educação do campo: identidade e políticas públicas**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002. v. 4. 136 p. (Educação do Campo).

KOLLING, E. J.; NERY, I. J.; MOLINA, M. C. (Org.). **Por uma educação básica no campo**. 3. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999. v. 1. 98 p. (Educação do Campo).

- LACOSTE, Y.. **A Geografia**: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. 3. ed. Campinas: Papirus, 1993.
- LAMARCHE, H. (Coord.). **Agricultura familiar**: comparação internacional. Tradução Ângela M. N. Tijiwa. Campinas: Unicamp, 1993. v. 1-2, 336 p. (Coleção Repertórios).
- LEITE, S. C. **Escola rural**: urbanização e políticas. São Paulo: Cortez, 2003. 120 p.
- LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.
- MENDES, E. de P. P. **A produção rural familiar em Goiás**: as comunidades rurais em catalão. 2005. 294 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2005.
- MENDES, E. de P. P. As transformações sócio-espaciais e o processo de ensino em Geografia no município de Catalão (GO). **Espaço em Revista**, Catalão (GO), v. 2, p. 72-79, 1999.
- MOLINA, M. C.; AZEVEDO DE JESUS, S. M. S. (Org.). Educação para a construção de um projeto de educação do campo. 5. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004. v. 5. 129 p. (Educação do Campo).
- PEREIRA, A. A. (Org.). **Agricultura de Goiás**: análise e dinâmica. Goiânia: UCG, 2004. 970 p.
- PEREIRA, R. M. F. A. **Da geografia que se ensina à gênese da geografia moderna**. 2. ed. Florianópolis: EDUFSC, 1993.
- SAVIANI, D. **Escola e democracia**. 29. ed. Campinas: Autores Associados, 1995.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo. Razão e emoção. 2. ed. HUCITEC, 1997.
- _____. **Metamorfose do espaço habitado**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1994.
- _____. **Técnica, espaço, tempo**. Globalização e meio técnico científico informacional. São Paulo: HUCITEC, 1994.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001. 471 p.
- SILVA, A. M.; PINHEIRO, M. S. de F.; FREITAS, N. E. de. **Guia para normalização de trabalhos técnico-científicos**: projetos de pesquisa, monografias, dissertações e teses. 5. ed. rev. e ampl. Uberlândia: UFU, 2006. 144 p.
- TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. 3. ed. Passo Fundo: UPF, 2001. 405 p.
- UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Coordenadoria Geral de Bibliotecas. Grupo de Trabalho Normalização Documentária da UNESP. **Normalização documentária para a produção científica da UNESP**: normas para apresentação de referências segundo a NBR 6023:2002 da ABNT. São Paulo, 2003. 97 p.
- VESENTINI, J. W. **Para uma geografia crítica na escola**. São Paulo: Ática, 1992.
- WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. 3. ed. Passo Fundo: UPF, 2001. cap. 1, p. 21-56.

FONTE DE FINANCIAMENTO – PROLICEN/UFG.

¹ Bolsista de Iniciação Científica do PROLICEN. Campus Catalão/UFG – claudialuizbispo@yahoo.com.br

² Orientadora. Campus Catalão/UFG – jemendes@ibest.com.br